

# Graciliano e a nata da malandragem

Fabio Cesar Alves

---

**RESUMO:** O artigo analisa a reconstrução literária, nas *Memórias do cárcere*, do contato que o escritor Graciliano Ramos travou com os malandros da Colônia Correccional da Ilha Grande, quando da sua prisão em 1936. A apreensão da dinâmica da marginalidade pelo escritor militante desnuda aspectos da ideologia trabalhista e dialoga a contrapelo com as apostas do nosso primeiro modernismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Graciliano Ramos; malandragem; modernismo; Estado Novo

---

**ABSTRACT:** *The article analyzes, in Memórias do cárcere, the literary reconstruction of the contact that the writer Graciliano Ramos had with the rascals of the Corrective Colony in Ilha Grande, during his imprisonment in 1936. The contemplation of the dynamics regarding marginalization done by the militant writer unfolds the working ideology and dialogues contrariwise with the investments of our first Modernism.*

**KEYWORDS:** *Graciliano Ramos; rascal identity; Modernism, New State*

*Quem trabalha é que tem razão  
Eu digo e não tenho medo de errar  
O bonde São Januário  
Leva mais um operário  
Sou eu que vou trabalhar*

*Antigamente eu não tinha juízo  
Mas resolvi garantir o meu futuro  
Sou feliz, vivo muito bem  
A boemia não dá camisa a ninguém  
E digo bem.*

“O bonde São Januário”, Wilson Batista e Ataulfo Alves

No carnaval de 1941, o samba composto por Wilson Batista e Ataulfo Alves se tornou um grande sucesso popular. Batista, célebre autor de versos polêmicos dirigidos a Noel Rosa (como os de “Frankstein da Vila”, 1936), e um boêmio nato, aparentemente deixava de cantar a malandragem para louvar a ideia do trabalho regular como meio de realização plena do homem. Tal conversão atendia às exigências do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado pelo ditador Getúlio Vargas em 1939, um órgão de controle das músicas, rádios e gravadoras do período. No caso específico do “Bonde São Januário”, há indícios de que os autores tenham sido obrigados pela censura a substituir a expressão original “sócio otário” por “operário”, no quarto verso da letra.<sup>1</sup> Como registra Sérgio Cabral, a tendência manifestada pelos compositores populares de cantar a malandragem nos anos 1920 e início dos 1930 contrariava a direção do DIP, que passou então a convencê-los de não tratarem mais desses temas e, sim, do trabalho sob

---

1. Sobre a música “O bonde São Januário”, bem como a transformação do samba de música de vadios, nos anos 1920 e começo dos 1930, a símbolo de brasilidade sob o Estado Novo, ver: CUNHA, Fabiana Lopes. *Da marginalidade ao estrelato: o samba na construção da nacionalidade (1917-1945)*. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 2000, pp. 218-35 e p. 238.

um enfoque favorável.<sup>2</sup> Em relação ao “Bonde São Januário”, todavia, a conversão dos sambistas não parece definitiva: a imposição da censura não pôde impedir o sentido irônico garantido pela melodia de marchinha carnavalesca e pela *síncope*, recurso por meio do qual a fluidez do ritmo dissolve, em grande medida, o conteúdo “sério” da letra.

A composição de Batista e Aaulfo se torna sintoma ambivalente da assepsia promovida por Vargas, inclusive nas produções culturais, em nome da política trabalhista, e também da resistência “malandra” dos compositores populares ao rolo compressor representado pelo Estado. A polícia, obviamente, era responsável pela outra parte da profilaxia governamental: prendia e deportava para os presídios da Ilha Grande e de Fernando de Noronha os indivíduos que não possuíssem trabalho, residência fixa ou vivessem de pequenos golpes.

Por isso, é surpreendente a maneira pela qual o narrador das *Memórias do cárcere* (1953), de Graciliano Ramos, registra a experiência transformadora, vivida por ele mais de uma década antes, com os pequenos ladrões e golpistas que conheceu na Colônia Correccional de Dois Rios, na Ilha Grande, litoral fluminense: Gaúcho, Cubano, Paraíba e José. E significativa também é a maneira como tal rememoração discute com as diretrizes partidárias impostas ao militante que, filiado ao PCB desde 1945, conta a sua história de prisão a partir do ano seguinte.<sup>3</sup>

Na terceira parte das *Memórias* (“Colônia Correccional”), o primeiro contato do prisioneiro com o ladrão Gaúcho é bastante eloquente da sua reação ao nivelamento compulsório promovido pela cadeia: o “rapagão espadaúdo”, com “olho de gavião”, é apresentado a ele por Vanderlino Nunes como “ladrão e arrombador”. A reação do prisioneiro é de surpresa: como se ofendia “um homem daquele jeito, cara a cara, sem

---

2. CABRAL, Sérgio. “Getúlio Vargas e a música popular brasileira”. In: *Ensaio de opinião*. Rio de Janeiro: Editora Inúbia, 1975, pp. 40-1.

3. Graciliano Ramos foi preso sem processo e sem acusação formal a 3 de março de 1936, na onda repressiva anticomunista que assolava o país desde a decretação da Lei de Segurança Nacional (abril de 1935), potencializada pelos levantes de novembro do mesmo ano (ocorridos nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro). O escritor foi libertado em 13 de janeiro de 1937, e a redação do livro obedeceu à seguinte cronologia: primeira parte (“Viagens”), de 25 de janeiro de 1946 a 28 de maio de 1947; segunda (“Pavilhão dos Primários”, de 29 de maio de 1947 a 12 de setembro de 1948; terceira (“Colônia Correccional”), de 15 de setembro de 1948 a 6 de abril de 1950; quarta (“Casa de Correção”), de 6 de abril de 1950 a 1º de setembro de 1951 (Cf. MORAES, Dênis de. *O velho Graça: Uma biografia intelectual de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996, p. 255).

metáforas?”<sup>4</sup> Sem notar qualquer sinal de ofensa da parte de Gaúcho, tem início uma conversa entre ambos sobre a vida do marginal. De saída, o narrador deixa patente a distância que o separava desse universo, uma vez que, para ele, ser chamado de ladrão seria uma ofensa; mais tarde o prisioneiro descobriria que se tratava de uma “profissão” como as outras.

A aparição e as histórias divertidas de Gaúcho, que versavam sobre as artimanhas e as peripécias vividas por ele e pelos seus comparsas, permitem ao prisioneiro suportar temporariamente a aridez do regime da Colônia. Graciliano não conseguia se alimentar, e as visitas de Gaúcho à sua esteira, à noite, representavam momentos de evasão e de momentânea dissolução das barreiras sociais que mantinham o marginal e o intelectual segregados.

As narrativas de Gaúcho permitiam o acesso do escritor-prisioneiro ao mundo social filtrado pela marginalidade. É assim que ele descobre que, segundo o novo companheiro de cadeia, os homens se dividiam em “malandros ou otários”; que a mulher do ladrão era uma “rata de valor”, com “trinta e duas entradas na Casa de Detenção”; que outros marginais, como Paulista e Paraíba, eram muito mais respeitados e reservados do que ele.<sup>5</sup> O que mais chamava atenção nos casos relatados, entretanto, eram os artifícios empregados por Gaúcho e por sua mulher para realizarem os roubos: eles se passavam por criados, vendedores ambulantes, consertadores de fogões, lavadeiras, a fim de conhecerem suas vítimas e prepararem o furto. A elaborada estratégia de sobrevivência permite ao escritor, já na prisão, rever o juízo pejorativo que fazia dos marginais: havia ali muito engenho e quase nenhum amorismo, na conjugação do lícito (a inserção temporária na vida burguesa, quando os delinquentes atuavam como serviçais) e do ilícito (quando a mesma função abria precedentes para o furto e os golpes, antes de adotarem novamente o disfarce de empregados), de modo que o narrador das *Memórias* vislumbra e realça, no processo de rememoração, a reversibilidade entre infração e norma, característica de nossa vida social por razões de ordem histórica.

Aos poucos, o universo do ladrão, que antes parecia indevassável, vai se formando aos olhos do prisioneiro. A atenção aos expedientes empregados pelo marginal

---

4. RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere* (“Colônia Correccional”). Rio de Janeiro: Record, 1986, vol. 2, p. 66. As demais citações tomarão como referência essa edição, e a terceira parte do livro será abreviada para “CC”.

5. *MC*, *CC*, pp. 92-3.

bem como a relevância literária que o narrador confere à personagem apontam para o grau de subversão desse registro nas *Memórias*: Gaúcho (e também Paraíba, Cubano ou José, como veremos a seguir) ocupa nas páginas do livro um lugar tão significativo quanto o de dirigentes e membros importantes do Partido, como Rodolfo Ghioldi (o secretário geral do PC argentino) ou Agildo Barata (um dos líderes do levante de 1935 no Rio de Janeiro). Essa presença maciça dos marginais na terceira parte da narrativa é muito reveladora e tem o mérito de desnudar os reverses da ideologia trabalhista e do discurso partidário então em voga.

Na Era Vargas, o estatuto de cidadania foi redefinido pelo Estado intervencionista ainda nos anos 1930, quando o cidadão passou a ser integralmente identificado ao trabalho produtivo realizado: por meio desse, o indivíduo “encontraria sua posição na sociedade e estabeleceria relações com o Estado, que, por sua vez, se humanizaria, destinando-se a assegurar a realização plena dos cidadãos pela via de promoção da justiça social”.<sup>6</sup>

O encontro e as conversas com Gaúcho desmentem, ponto por ponto, tais postulados: sem oferta de trabalho, o pobre era relegado à criminalidade e ao desamparo; um ofício regular, porém, não garantia necessariamente espaço e assistência, uma vez que o exponencial crescimento urbano-industrial dos anos 1930 e a disponibilidade de mão-de-obra tornavam o trabalhador não especializado descartável. Por isso o trabalho, para Gaúcho, era associado aos “otários”, em oposição aos “malandros”, como ele, categorias que, aos olhos do marginal, repartiriam o mundo dentro e fora da cadeia.

A fala da personagem revela, assim, que o principal esteio da ideologia varguista não oferecia mínimas perspectivas de autonomia e de realização para os despossuídos do Brasil moderno, o qual, a despeito das mudanças, permanecia excludente: as trinta e duas entradas da mulher de Gaúcho na Casa de Detenção (presídio central do Rio de Janeiro) eram o retrato fiel da falta de oportunidades e do estigma que marcavam os prisioneiros. Por fim, não havia como permanecer na esfera da norma quando o próprio Estado, aderindo aos valores capitalistas da produção de mais-valia, não garantia a realização dos ideais que professava e tampouco assegurava os atributos básicos de cidadania.

---

6. Cf. GOMES, Ângela de Castro. “O redescobrimento do Brasil”. In: *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 127.

Mesmo o ator social que seria o antípoda de Gaúcho, o trabalhador assalariado (segundo ele, o “otário”), continuava à margem da distribuição da riqueza, concentrada e perpetuada entre as elites detentoras dos meios de produção: a ideologia trabalhista, ao domesticar e controlar o conflito entre capital e trabalho, dificultou a organização horizontal entre os trabalhadores e reeditou, “no contexto urbano-industrial, o padrão do paternalismo e do clientelismo no qual mais vale procurar favores do patrão do que se unir e se organizar com seus iguais”<sup>7</sup>

Nesse sentido, parece haver, nesta passagem das *Memórias*, a fusão da dificuldade objetiva na carreira do trabalho com a recusa consciente de Gaúcho ao assalariamento, o que indica a reafirmação sistemática de um lugar nas franjas do sistema. Essa recusa aponta, à sua maneira, para uma percepção desideologizada do conceito do trabalho como meio de realização do homem. Veja-se o diálogo com o prisioneiro, ainda receoso de chamá-lo de ladrão:

— Vossa mercê usa panos mornos comigo, parece que tem receio de me ofender. Não precisa ter receio, não; diga tudo: eu sou ladrão.

— Sim, sim — retruquei vexado. — Mas isso muda. Lá fora você pode achar ofício menos perigoso.

— Não senhor, nunca tive intenção de arranjar outro ofício, que não sei nada. Só sei roubar, muito mal: sou um ladrão porco.

Diversos profissionais corroboravam esse juízo severo, ostentavam desprezo à modesta criatura. Eram em geral vaidosos em excesso, fingiam possuir qualidades extraordinárias e técnica superior. Tentavam enganar-nos, enganar-se, e o natural expansivo do escrunchante exasperava-os.<sup>8</sup>

**Na** fala de Gaúcho, fica patente a recusa a qualquer pudor que o prisioneiro ainda possa ter: a malandragem era uma forma de sobrevivência assumida, incorporada e aprimorada pela personagem, em oposição a certa ingenuidade do intelectual quanto às possibilidades de trabalho para os indivíduos marcados pela prisão. Esse quadro mostra que, para os setores marginalizados, a integração estava vedada, seja porque nenhuma condição concreta lhes era possibilitada, seja porque a única inserção possível, a atividade

---

7. Cf. OWEN, Ruben George. *Cultura e violência no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1983, p. 30.

8. *MC, CC*, pp. 92-3.

laboral, também constituía, aos olhos do malandro não cooptado por ela, uma espécie de *logro*. A visão peculiar sobre o mundo do trabalho exposta por Gaúcho e enfatizada pelo narrador mais de dez anos depois é parte de uma verdade, nua e compartilhada, entre o malandro e o intelectual do país periférico, que as prerrogativas abertas pelo trabalho livre assalariado, nos países centrais, cuidavam de mistificar.<sup>9</sup>

Desse modo, a ética do trabalho, um dos pilares da ideologia burguesa contemporânea (a qual não encontrava muito fôlego no Brasil, pois a existência da escravidão desmerecia o trabalho livre),<sup>10</sup> se encontra sob xeque, nas *Memórias*, por meio das intervenções de Gaúcho e do registro do narrador, em um momento histórico em que, não por acaso, essa ética se erigia como razão de ser do Estado e da modernização por ele empreendida:

O dever e o direito de trabalhar não comportavam idealizações alternativas para se alcançar um mundo melhor. Era preciso combater tanto o subversivo, identificado ao inimigo externo, ao estrangeiro de pátria e de ideias, quanto o *malandro*, o inimigo interno que se definia como avesso ao trabalho e às leis e regras da ordem constituída.<sup>11</sup>

**Ao** enfatizar uma estratégia de sobrevivência alheia ao regramento imposto pelo Estado, o narrador memorialista revela-se crítico em relação à política varguista, cuja meta era a valorização do trabalho como elemento decisivo para o salto progressista da nação e o triunfo do sujeito. Dito de outro modo, a ideologia do trabalho é desmascarada em

---

9. Roberto Schwarz afirma que, muito antes dos sinais de “esgotamento histórico geral da ideologia do trabalho”, esse “pilar da ideologia burguesa contemporânea” já se via abalado, explicitamente, na realidade do país periférico: “Para o contraste entre as situações europeia e brasileira, quanto ao que era óbvio e o que era necessário demonstrar, leiam-se os primeiros parágrafos da *Crítica ao Programa de Gotha*, 1875. Aí, Marx combate a valorização do trabalho no interior do próprio movimento operário, lembrando que ela é expressão de interesses burgueses” (“A velha pobre e o retratista”. In: *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 47).

10. A concepção muito brasileira do trabalho como *derrogação*, uma das consequências da sociedade escravista, tem a sua origem no ponto de vista do brasileiro livre do XIX (que, não sendo escravo, nem português, nem animal, não trabalha), como Antonio Candido revelou no ensaio em que analisa o foco narrativo do romance *O cortiço* (“De cortiço a cortiço” In: *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, pp. 105-29).

11. GOMES, Ângela de Castro. “A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro”. *Op. cit.*, p. 164.

seu momento de inverdade quando a inserção por meio da atividade laboral se apresentava como uma realidade possível para diversos atores sociais, ao mesmo tempo que bloqueada, ou inviável, para os despossuídos.

Além do desmascaramento ideológico, o fato de Gaúcho ser menosprezado pelos seus companheiros e a confissão decorrente (“sou um ladrão porco”) apontavam para uma rivalidade no interior do grupo que, antes de lhes permitir um confronto real e organizado com o poder estabelecido, reproduzia, entre os seus e na constituição da própria autoimagem, a lógica desigual e hierárquica de que os marginais eram o resultado. Desse modo, entre os malandros da Colônia, havia disputas por supremacias imaginárias, por certo reconhecimento de superioridade interpessoal (“fingiam possuir qualidades extraordinárias e técnica superior”), impedindo qualquer tipo de articulação e, conseqüentemente, de politização. Corroborava-se, assim, a situação trágica que os mantinha segregados. Trata-se de um impasse do qual o narrador demonstra plena consciência (“tentavam enganar-nos, enganar-se”), expresso por uma dinâmica cujas origens remontam ao século XIX e que já havia sido formalizada, na literatura, por Manuel Antônio de Almeida.<sup>12</sup>

Assim como há, no contato do escritor com Gaúcho, proximidade e aprendizado, o nivelamento promovido pela cadeia pode ser mais bem compreendido se considerarmos as oposições sociais que eram temporariamente desfeitas. A franqueza de Gaúcho tem uma contrapartida que reiterava as posições diferentes de cada um deles: o ladrão contava as suas histórias a fim de que o escritor pudesse retê-las e publicá-las em livro: “Quería instruir-me e ambicionava ler tudo aquilo impresso”,<sup>13</sup> afirma o narrador, esclarecendo, por seu turno, a dimensão prática de sua aproximação com os pobres.

O que movia a ambos, portanto, era um interesse que reativava, ainda que em outro patamar, as diferenças de classe, convidando à ilusão da solidariedade: tanto o

---

12. No seu estudo sobre as *Memórias de um sargento de milícias*, Edu Teruki Otsuka constata que a reafirmação de alguma diferença hierárquica de um dependente em relação a outro, por meio do desmando e do desrespeito pelo semelhante, trazia conseqüências materiais reais, uma vez que o prestígio interferia nas condições socioeconômicas dos pobres, garantindo vantagens e privilégios junto aos proprietários. Essa lógica permitia, portanto, tirar proveito no interior das relações de desigualdade, sem, contudo, transformá-las, indicando o “beco sem saída” em que os desfavorecidos se encontravam (*Era no tempo do rei: a dimensão sombria da malandragem e a atualidade das Memórias de um Sargento de Milícias*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 2005).

13. MC, CC, p. 94.



reconhecimento da individualidade de Gaúcho quanto o do seu universo dependiam, de algum modo, da vontade do prisioneiro que era escritor. Alijado do mercado de trabalho, marginalizado pelo Estado e também por seus parceiros, o pária imaginava ter a sua existência reconhecida quando o arbítrio do homem culto (e preso) se dispunha a fazê-lo, no lugar concreto da cadeia ou no espaço simbólico da escritura, ao transformá-lo em personagem. Assim, a confissão de Gaúcho era uma moeda de troca que lhe garantia a visibilidade e o reconhecimento não encontrados nem dentro da Colônia (onde era desprezado pelos outros malandros), nem na realidade exterior à prisão, a não ser, evidentemente, pela polícia. Por seu turno, tal aproximação também interessava ao prisioneiro político, pois, na prática, era uma maneira de se diferenciar dos presos comuns e resistir ao nivelamento, assegurando-se minimamente de seu lugar como escritor.

Essa relação próxima mas assimétrica entre o prisioneiro e o malandro dialoga com um passado histórico não muito distante. Como se sabe, a situação do homem livre pobre no Brasil escravista era de completa dependência para com as classes mais abastadas: a benevolência eventual do proprietário representava a sua única garantia de sobrevivência material e institucional.<sup>14</sup> Meio século depois, a existência do marginal, bem como os seus valores e práticas seriam reconhecidos de forma não repressiva quando o proprietário do discurso se apodera da narrativa do outro. Esse quadro reedita, em contexto diverso, a relação de dependência dos desvalidos para com os proprietários, sejam os que detêm a posse de bens materiais, sejam os possuidores de bens simbólicos, um dos atributos confessos do escritor encarcerado.

Na relação com Paraíba, o segundo malandro apresentado por Cubano, sob a condição de que também ele figuraria no livro sobre a cadeia, o espanto e a reformulação de juízos tornam-se ainda mais patentes. O “mulato de olho vivo” hesitava em discorrer sobre os seus golpes, pois acreditava que não devia expor aos “leigos” os “mistérios da profissão”. Como Cubano insistia, Paraíba, “com um gesto profissional que manda um consultante para a sala de espera”, pediu para o escritor aguardar, pois estava entretido em “negócios”.<sup>15</sup>

---

14. Cf. SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”. In: *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2003, p. 20.

15. MC, CC, pp. 126-127.

Foi nesse momento que o intelectual detento pôde ver de perto a atuação do vigarista: diante de um preso que insistia em afirmar que era de sua posse o cinto que Paraíba usava, este afirmava ter comprado o objeto a um dos companheiros da cadeia e, “por ética” (qualidade não apenas dos homens de posse), jamais denunciaria o vendedor. A observação da cena provoca uma aguda reflexão do narrador: “o outro se desmoralizava inteiramente, sucumbia, representando o infeliz papel de otário. Paraíba iria zombar dele, exigindo o cinto, e desmanchava-se uma reputação. Otário”.<sup>16</sup>

Fica patente a percepção prática dos ensinamentos de Gaúcho, segundo a qual as pessoas se dividiam entre “malandros” e “otários”: de um lado, a lábria de Paraíba; de outro, a vítima desmoralizada. A fala final do narrador, que ironicamente mostra certa familiaridade com essa lógica, representa, no plano estilístico, uma marca de *dialogismo*, para Bakhtin um dos privilégios mais notáveis da prosa romanesca e dos gêneros híbridos, por ele chamados de “intercalados”:

Um personagem de romance sempre tem sua área, sua esfera de influência sobre o contexto abrangente do autor, ultrapassando (às vezes muito) os limites do discurso direto reservado ao personagem. Essa área ao redor dos personagens é profundamente original do ponto de vista estilístico [...] e ela é sempre dialogizada de alguma maneira; nela irrompe o diálogo entre o autor e seus personagens, não um diálogo dramático, desmembrado em réplicas, mas um diálogo romanesco específico, realizado nos limites das estruturas monológicas aparentes.<sup>17</sup>

O conceito da prosa literária como o lugar de orquestração de diferentes linguagens sociais e como expressão de lutas históricas concretas submetidas à unidade do estilo interessa na compreensão das *Memórias*, uma vez que o narrador, aos poucos, apreende a lógica marginal (exposta por meio do discurso direto), e ela repercute no seu estilo contra os próprios agentes repressivos, como adiante se verá. Por ora, registre-se que essa ressonância implica o contato dinâmico entre pontos de vista (e, portanto, lugares sociais) diferentes, o que dá a medida do olhar do narrador para uma realidade que, no

---

16. Id., p. 127.

17. Bakhtin, Mikhail. “O plurilinguismo no romance”. In: *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002, p. 127.

tempo da enunciação (entre os anos 1940-50), permanecia inalterada, seja pelas razões de Estado, seja pela política do Partido.

Paraíba, enfim, decidiu revelar ao escritor-prisioneiro os “mistérios” de seu ofício. O “golpe da velha”, um dos artifícios de que se valia, era uma modalidade de estelionato bastante intrincada: o malandro, perambulando pelas ruas da cidade, fingia ser um interiorano em visita à tia doente, contracenava com um “esparro” diante da potencial vítima apiedada e, por fim, quando conseguia levá-la a um falso escritório de advocacia, obtinha dela um empréstimo que nunca seria pago. O artifício de Paraíba, bem como as “armas psicológicas” de que dispunha (o recurso à piedade e os efeitos da encenação) geraram surpresa no escritor e demoveram a ideia de amadorismo associada às condutas dos malandros: “Estive um minuto em silêncio, olhando o vigarista com algum respeito. Na verdade o ofício dele não era tão simples como eu supunha. Um técnico, evidentemente; linguagem de pessoa educada”.<sup>18</sup>

Também na vida de Paraíba se tornava perceptível o trânsito expressivo entre infração e norma, pois são as prerrogativas abertas pelo desenvolvimento urbano (o contrato entre credor e devedor, a visita ao escritório, a atuação teatral como o ingênuo interiorano em meio à turbulenta cidade grande) que possibilitavam e alimentavam a prática da malandragem — na qual, em contrapartida, o narrador vislumbra atributos associados, no senso comum, à vida burguesa regular, como profissionalismo, ética e educação, de modo a ironizar os dois mundos. Assim, ao destacar esse trânsito na rememoração, o narrador mostra que a lógica dos malandros, longe de prescindir da ordem, dela se alimentava, reiterando o abismo social que os separava dos proprietários, e revela que, dentro e fora da Colônia Correccional, as esferas da marginalidade e do regramento eram inteiramente reversíveis.

Sem prejuízo da contundência dos retratos dos outros marginais, a personagem que melhor encarna essa dualidade constitutiva nas *Memórias* é Cubano, encarregado de organizar os prisioneiros da Colônia, um malandro mediador entre detentos e funcionários que, segundo o narrador, “dispunha de autoridade enorme, mandava e desmandava, e uma denúncia dele trazia os castigos mais duros a qualquer um”.<sup>19</sup> A hierarquização e a busca de supremacia sobre os outros presos, estimuladas e realizadas com a anuência das autoridades, ganhavam traços nítidos quando Cubano fazia as

---

18. MC, CC, p. 130.

19. Idem, p. 76.

vezes da própria polícia, inclusive ao castigar física e *mais brutalmente* os companheiros. Portanto, ele reproduzia e contribuía para a perpetuação, na esfera dos oprimidos, da lógica dos opressores, ao disciplinar os presos e impedir um potencial amotinamento, preocupação central de Filinto Müller, o chefe da Polícia de Vargas, uma tática de domesticação e repressão que se estendia também aos trabalhadores, de modo geral.<sup>20</sup>

Inerentes à lógica que incluía o favor para a domesticação, inúmeros foram os serviços prestados pelo “negro vagabundo” ao escritor-prisioneiro: ele se ofereceu para guardar a sua roupa e pertences, protegeu-o dos furtos praticados por terceiros e o obrigou a se alimentar, certo de que se encontrava diante de um “doutor”, o que gerava algum desconforto ao detento:

Curiosa deferência num lugar onde os homens se nivelavam, deitados na areia, nas esteiras podres. Revolvi os miolos, a buscar sentido no caso absurdo. Convenciam-se da existência de um doutor no meio ignóbil, a definhar na piolheira, o crânio devastado a máquina. A enorme queda e o imenso contraste deviam interessá-los. Era agradável ter ali uma importância extinta, lembrar isto, agravar a abjeção.<sup>21</sup>

A proximidade de Cubano com o intelectual rebaixado pela prisão era percebida como uma maneira encontrada pelo malandro para ganhar ainda mais prestígio e se distinguir dos demais e, como compensação simbólica, pensar-se superior também em relação ao escritor aprisionado, o que reiterava a lógica de dominação da qual os malandros eram vítimas.<sup>22</sup> O autoritarismo fica nítido quando, diante da insistência do marginal para que o detento entrasse na fila para o almoço, ambos se envolveram em uma luta física:

---

20. Cf. CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. Brasília: Editora UNB, 1994, p. 33.

21. MC, CC, p. 104.

22. De modo a explicitar o lastro histórico do problema (que, não sendo idêntico, ainda assim remonta à escravidão), note-se a conclusão de Roberto Schwarz a respeito de Prudêncio, o ex-escravo de Brás Cubas, surpreendido por este quando açoitava um negro na rua: “À sua luz as brutalidades de um escravo forro não são menos complexas e espirituais que os divinos caprichos de uma senhora elegante, contrariamente ao que pensariam o preconceito comum, ou também o racismo científico então em voga” (“A sorte dos pobres”. In: *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000, p. 114).

— Perdoe-me. Eu não posso deixar o senhor morrer de fome. Vai à força. [...]  
Uma semana de jejum completo, mais de uma semana, conjeturo. Nessa infeliz situação, bambo, atracar-me a um bicho forte, habituado ao rolo das favelas, era estúpido. Amável, serviçal, procurava tornar-nos a vida menos dura no lugar infame. De repente, a inopinada agressão. Gente singular, meio esquisito: até para revelar sentimentos generosos era indispensável a brutalidade. Na desordem, mexendo-me ao acaso, vi-me forçado a achar razoável o disparate: o homem recorria à violência com o intuito de prestar-me favor, e admiti que não podia ser de outro modo. Tinha um coração humano, sem dúvida, mas adquirira hábitos de animal. Enfim todos nos animalizávamos depressa.<sup>23</sup>

**A** reação violenta do prisioneiro cede passo à compreensão de que, afinal, Cubano realizava muitas das funções negligenciadas pelo Estado, como a proteção, a responsabilidade pela alimentação e a guarda de objetos pessoais, possibilitando as mínimas, mas necessárias, condições de sobrevivência. Há, portanto, o registro reverso da atuação violenta de Cubano: ele detinha uma representatividade conquistada e reconhecida pelos demais detentos, que, no entanto, era instrumentalizada pelas autoridades contra eles próprios, a fim de disseminar o poder de polícia e minar ainda mais as possibilidades de articulação política.

Como explicita o narrador, essas funções policiais, exercidas com o apoio tácito das autoridades *e no lugar delas*, revelam a reciprocidade entre o malandro e as forças estatais (“na falta dos guardas ou do anseçada Aguiar, [Cubano] mandava e desmandava”).<sup>24</sup> Seria essa aproximação o sinal prévio de um conluio que, décadas depois, se adensaria e se revelaria integralmente?<sup>25</sup>

---

23. MC, CC, pp. 146-7.

24. Id., p. 76.

25. O desdobramento dessa associação entre o poder público e a malandragem resultaria no domínio das populações exercido pelo narcotráfico. Conforme nota Roberto Schwarz ao analisar a obra *Cidade de Deus* (1997), a antiga marginalidade, patrocinadora do desfile das escolas de samba, dá lugar às “exigências sem perdão” do mundo do crime, e, no romance de Paulo Lins, o universo fechado da favela não exclui a relação dos bandidos com “as esferas superiores do negócio de drogas e armas”, setores pouco distintos no conjunto, de modo a sugerir “a afinidade de todos com todos” (“Cidade de Deus”. In: *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 166). Não parece casual, também, que o berço do Comando Vermelho, uma das principais organizações criminosas do país surgida no final dos anos

De todo modo, a figura de Cubano permite apreender, de forma mais completa, a dinâmica do mando: o exercício da supremacia e da diferenciação sobre os presos comuns, a princípio iguais a ele, decorria da posição subalterna e segregada dos homens pobres e sem trabalho (portanto criminosos, segundo a óptica do Estado) na sociedade estratificada, os quais, sem possibilidades de ascensão e, quando muito, confinados ao subemprego, recorriam a expedientes ilícitos como meio de subsistência e buscavam, dentro desse universo, formas de distinção e de liderança. Dessa representatividade legítima de Cubano no interior do presídio derivava o agenciamento do malandro para as tarefas repressivas: como fazia as vezes dos algozes, delatando os companheiros e, ao mesmo tempo, prestando assistência aos detentos, Cubano transitava livremente entre o universo dos oprimidos e o dos opressores, variando a angulação conforme as suas necessidades.

Conforme o registro do narrador, longe de representar algum tipo de vantagem, desponta o recurso à violência como um hábito rotinizado pela vida subalterna, à qual o prisioneiro também estava, temporariamente, submetido. Daí a percepção de que todos, na Colônia, se “animalizavam” depressa: os expedientes agressivos (ainda que por causas “nobres”, como a nutrição e a proteção do detento) eram referendados e potencializados pelas torpes condições do regime carcerário, o que é percebido, no processo de rememoração empreendido pelo narrador, de modo desencantado.

A aproximação entre a marginalidade e o Estado, evidenciada na mútua associação entre Cubano e as autoridades da Colônia, aparece sedimentada ao final da terceira parte, quando o escritor-prisioneiro recebeu um telegrama e foi informado de que seria transferido. Na secretaria do presídio, pediu ao diretor que lhe devolvesse a carteira que havia sido *roubada* pelos funcionários da revista quando da sua chegada:

— Ó doutor, quer fazer-me o obséquo de mandar procurar uma carteira que me furto-ram aí na secretaria?

O sujeito olhou-me severo e respondeu firme:

— Aqui não se furta.

— Santo Deus! Tornei. Aqui não se faz outra coisa. Todos nós somos ladrões. Porque é que estamos na Colônia Correccional? Porque somos ladrões, naturalmente. Pelo menos

---

1970, tenha sido justamente a Ilha Grande, mais precisamente o Instituto Penal Cândido Mendes, que agrupava presos comuns e presos políticos.

é esta a opinião do governo. O senhor ignora que lá dentro usamos casacos pelo avesso, para os nossos amigos não nos meterem as mãos nos bolsos?<sup>26</sup>

**Na** certeza da transferência, o prisioneiro, em tom desafiador, valeu-se do conceito de “marginalidade”, resignificado pelo Estado, para deixar claro que todos eram ladrões, portanto pouco valia a retórica oficial de que nada se furtava ali. Depois de muita insistência, a carteira reapareceu, o que provocou risos do prisioneiro e constrangimento do diretor:

Ao sair, espantava-me de ele não haver dito uma palavra de censura. E mais me surpreendia o desazado comportamento do velhaco: repelira a acusação frágil, depois se embrulhara, perdera os estribos e condenara-se estupidamente. Isso corroborava o meu juízo a respeito dos ladrões: gente vaidosa e potoqueira. Mas aquele na verdade era inferior aos outros. Descuidista, imaginei.<sup>27</sup>

**Na** intervenção ácida do narrador, fica clara a conduta ilegal dos agentes do Estado que, a seu ver, são bem mais precários no exercício das infrações (“descuidistas”, os gatunos mais baixos da hierarquia) do que os ladrões e vadios que conhecera na prisão, como Gaúcho e Paraíba. Ao utilizar a gíria dos marginais para se referir aos funcionários e ao diretor da Colônia (“velhaco”), o narrador, que mais uma vez faz ressoar no seu discurso a fala das personagens, desfaz qualquer ilusão quanto à integridade das instâncias públicas, submetendo-as à mesma reversibilidade da vida dos párias, e, ao menos em parte, associadas a eles. Pela óptica do Estado varguista, essa mesma infração da norma se traduzia na opressão das classes subalternas, uma vez que as prerrogativas jurídicas estavam suspensas e o próprio poder do Chefe de Polícia, subordinado diretamente ao Executivo, ultrapassava em muito os do Judiciário e do Legislativo.

Se a prática de delitos não era atributo exclusivo dos malandros, a assistência negligenciada poderia ser assegurada por Cubano, que por sua vez reproduzia, junto aos presos da Colônia, a lógica excludente e paternalista do próprio Estado. Para um governo que pretendia promover a assepsia do malandro em nome da ideologia trabalhista, nada mais subversivo do que a exibição da conduta desonesta do diretor e dos

---

26. *MC, CC*, p. 156.

27. *Id.*, pp. 157-8.

funcionários da Colônia, em paralelo à atuação tutelar, violenta e vital, para o escritor -prisioneiro, de Cubano.

O aspecto político do problema, o de líderes cooptados pelas forças repressivas para desempenharem papel de polícia, aponta também, ao tempo da escritura, para um diálogo do narrador militante com as grandes polêmicas em que o PCB se viu envolvido entre os anos 1930 e 1940, quando das denúncias de colaboracionistas ao governo. Especialmente emblemáticas foram as do secretário-geral Antônio Maciel Bonfim (“Miranda”, eleito para o cargo em 1934), que acarretou a prisão de vários dirigentes comunistas. Militante de origem camponesa, professor e militar, Miranda, no “Pavilhão dos Primários”, exibia “com orgulho e pimponice” marcas de tortura que o narrador insinua forjadas (“víamos agora um sujeito alardear os sinais do vilipêndio, tão satisfeito que supus achar-se entre nós um profissional da bazófia”).<sup>28</sup> Ele teria colaborado com a polícia após a execução, em março de 1936, da sua companheira Elvira Cupello Calônio (Elza Fernandes, que, nunca tendo pertencido formalmente ao PCB, foi considerada delatora pela cúpula partidária). A morte de Elza a mando do Partido foi explorada pela reação durante muito tempo, serviu para a condenação de Prestes a mais de quarenta anos de prisão e se tornou um dos temas mais espinhosos da história do PCB.<sup>29</sup>

Assim, o narrador militante, ao realçar a atuação ambígua de Cubano no presídio, revela ciência quanto à tática empregada pelo Estado e pelas forças burguesas, que transformavam líderes (sejam eles marginais ou “revolucionários profissionais”) em delatores — os quais, em busca de supremacias imaginárias, eventuais benefícios ou vinganças de ordem pessoal, se deixavam vilipendiar.<sup>30</sup> Por meio da atuação do malandro, esse narrador alerta os seus pares de militância para o perigo de uma proximidade

---

28. MC, “Pavilhão dos Primários”, vol. 1, p. 282.

29. A respeito dessa polêmica, ver: MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997, p. 116; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987, p. 243; e MORAIS, Fernando. *Olga* (São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 133-44). Mais recentemente, o jornalista Sérgio Rodrigues publicou um romance sobre o caso: *Elza, a garota*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

30. A tática da reação é tão profícua que, algumas décadas depois, durante a ditadura civil-militar, o Serviço Nacional de Informações (SNI) chegou a recrutar *abertamente* membros do Partido para colaboração com o regime em troca de benefícios materiais (Cf. MORAES & VIANA. *Op. cit.*, p. 255).



entre dominados e opressores, que a experiência da esquerda em momentos cruciais e efetivamente revolucionários do século xx só vinha referendar.<sup>31</sup>

Além do aspecto partidário do debate proposto pelo narrador, a figura do malandro, tal como se revela na terceira parte das *Memórias*, dialoga, não sem especificidade, com uma tradição consolidada em nossa literatura. O estudo central de Antonio Candido sobre as *Memórias de um sargento de milícias* (1970) apreendeu o ritmo da prosa no balanceio das personagens entre o lícito e o ilícito, inaugurando uma vertente do romance brasileiro que teria continuidade no modernismo. O princípio estrutural formalizado pelas *Memórias de um sargento de milícias* seria a representação do ritmo geral da sociedade escravocrata marcada pela anomia: cabia aos homens livres e pobres do século xix toda sorte de acomodações casuísticas, como forma de garantir a subsistência em um mundo no qual o trabalho regular não lhes era acessível. A representação literária de um universo popular, livre da culpa e do remorso, apontaria, conforme Candido, para uma sociabilidade espontânea e flexível que eventualmente facilitaria nossa inserção em um mundo mais aberto.<sup>32</sup>

Ao discutir o ensaio de Antonio Candido, Roberto Schwarz (1979) nota, no texto, a dualidade emblemática na análise que se volta para um modo de ser de uma classe específica (isto é, os homens livres pobres) e para outro popular, folclórico, donde conclui que “a dialética de ordem e desordem oscila entre ser contingência de uma classe oprimida ou característica nacional vantajosa”. Essa oscilação encontra lastro no contexto histórico em que foi escrito o ensaio: a valorização da malandragem (e, portanto, do caráter espontâneo do brasileiro) poderia ser entendida como uma resposta à brutal modernização em curso durante a ditadura civil-militar. Ocorre

---

31. Como indica a experiência internacionalista da qual Graciliano faz parte (e que não parece ignorar), os riscos da aproximação com a polícia têm larga precedência histórica: evidentemente em outra proporção, a trágica derrota do proletariado alemão na Revolução de 1918, um *banho de sangue* que deixou marcas indeléveis em todo o movimento de esquerda do século xx, deveu-se, em grande parte, à traição do Partido Social Democrata (SPD), que, além de se entregar explicitamente ao reformismo burguês, exerceu quando no controle do Estado o papel reservado à polícia, massacrando os trabalhadores e comandando as tropas que esmagaram, em janeiro de 1919, o movimento revolucionário de Berlim, quando Rosa Luxemburgo foi presa e executada (Cf. LOUREIRO, Maria Isabel. *A Revolução Alemã (1918-1923)*. São Paulo: Editora Unesp, 2005, p. 50 e pp. 61-2).

32. CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”. In: *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, pp. 17-46.

que, como ressalta Schwarz, nem o “concerto das nações” se mostrou possível sob a égide do capital, nem a pouca interiorização da ordem revelada nas *Memórias de um sargento de milícias* se tornou um trunfo, uma vez que malandragem e capitalismo não constituem categorias opostas, no Brasil ou em qualquer lugar onde se produza a mais-valia.<sup>33</sup>

Ora, o enfoque de Graciliano nas *Memórias do cárcere* em relação à malandragem reitera a interdependência entre a prática do malandro, o avanço do capital e a soberania do Estado: quanto mais cresce o espaço urbano e se diversificam as atividades produtivas, mais os pobres são lançados à própria sorte, o que alimenta a busca de vantagens dentro da ordem burguesa em expansão, para muitos o único meio de subsistência possível. Ao mesmo tempo, a busca por vantagens os impele a encontrar algum tipo de salvaguarda junto às forças repressivas. Assim, o quadro de anomia dos homens livres e pobres, intuído e representado por Manuel Antonio de Almeida no século XIX, desponta remodelado no modo de vida dos malandros da Colônia em plena era trabalhista, porque as promessas de integração por meio da atividade laboral não se efetivaram, como demonstra o narrador.

Robert Levine esclarece que, por todo o período Vargas, “a inequívoca divisão entre as classes sociais permaneceu intocada”, e os trabalhos especializados estavam reservados aos imigrantes; negros e mulatos eram relegados “aos serviços mais perigosos, mais subalternos e mais mal pagos da economia”. Ainda segundo Levine,

As leis getulistas nunca pretenderam abolir o profundo fosso entre ricos e pobres. Apenas aquelas baseadas em conceitos de justiça redistributiva poderiam ter provocado mudanças reais, mas esse era um conceito estranho a Vargas e às classes altas. Suas reformas elevaram a qualidade de vida de milhões, mas também aumentaram a distância que separava milhões de brasileiros do patamar em que viviam os mais afluentes. Elas modernizaram o Brasil, mas não fizeram muito para expandir o mercado interno, combater o subemprego, facilitar a aquisição de terras, fornecer ensino técnico ou eliminar a condi-

---

33. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’” (In: *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 129-55). Para se reter a *dimensão internacional* da associação entre malandragem e capitalismo, retome-se *A ópera de três vinténs* (1928), de Bertolt Brecht: não seria J. J. Peachum a encarnação perfeita do “malandro empreendedor”? (In: *Teatro completo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, vol. 3).

ção de pária em que viviam homens e mulheres condenados pela falta de oportunidades a uma pobreza opressiva.<sup>34</sup>

Assim, as infrações sistemáticas são mostradas pelo narrador como parte integrante da expansão econômica do país, indicando, de forma contundente, que o progresso do capital e o progresso da sociedade não eram coincidentes, a despeito da aposta no desenvolvimentismo, encampado inclusive pela esquerda pecebista. Tal posição reitera a dissonância do narrador das *Memórias* em relação às diretrizes majoritárias adotadas pelo PCB e desnuda a sua consciência crítica em relação à modernização empreendida por Vargas, que atualizava a fratura social dos tempos da escravidão.

Nesse sentido, as figurações da malandragem, nas *Memórias*, permitem uma visão lúcida do mundo do trabalho, e revelam como a busca por vantagens, reais ou simbólicas, reproduzia a dominação, reiterando a lógica competitiva entre os desvalidos e minando qualquer tipo de articulação política. Esse enfoque sobre os malandros dialoga, a contrapelo, com o projeto nacional dos modernistas da fase heroica, cujo paradigma é a literatura de Mário e Oswald de Andrade. Nelas, a promoção da vida popular e da nossa informalidade, sob o lustro da modernidade, visava a desbloquear o indivíduo e tornar revolucionária a sua natureza flexível e acomodatória como forma de driblar as alienações da civilização burguesa. Assim, nosso substrato pré-burguês (isto é, os condicionamentos constrangedores da herança colonial) se tornava um trunfo capaz de romper com o padrão metropolitano e promover um desenvolvimento novo, com eixo interno — o que, efetivamente, não aconteceu.<sup>35</sup>

Esse legado colonial, reciclado pela modernidade fiada nas promessas da industrialização e exaltado pelos modernistas, aparece de forma desabonadora no Graciliano das *Memórias*, porque surge como manutenção, sem superação, de uma perversidade estrutural que resultou no arbítrio do poder soberano que o condenou à prisão e que arrasta a existência dos pobres à invisibilidade. A malandragem, conforme mostra o narrador, em vez de remeter a uma promessa de futuro, era expressão viva dos antagonismos sociais, da iniquidade brutal em que viviam os desvalidos (invariavelmente negros ou mulatos, como Cubano, Gaúcho, Paraíba, José) e da sujeição deles ao poder

---

34. *Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 185-6.

35. Cf. SCHWARZ, Roberto. “Outra Capitu”. In: *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 139-2.

de um Estado que, ao fim, praticava igualmente a contravenção dentro e fora da cadeia, ao privá-los de direitos jurídicos e constitucionais.

Como não havia possibilidade de redenção para o malandro, a contrapartida era uma resistência traduzida não no enfrentamento do mundo, mas no aperfeiçoamento das técnicas ilegais necessárias à sobrevivência (o que explica a hesitação de Paraíba em revelar os seus segredos), na disputa entre iguais por um reconhecimento e uma supremacia simbólicas cujo reverso era o desprezo dos pares (Gaúcho) e, também, em caso de representatividade política, no aliciamento dos líderes pelas autoridades (caso de Cubano).

Dessa maneira, a narrativa sobre a Colônia Correccional mostra que o nosso fundo não burguês *aprofunda e resulta da própria reprodução do capital*, uma vez que a expansão orientada do mercado interno a partir de 1930 exigiu a transformação das massas urbanas e do contingente que afluía às cidades em um imenso “exército de reserva”, implicando o rebaixamento do preço da força de trabalho, a reconversão de trabalhadores especializados à situação de não qualificados e o crescimento de um setor de serviços remunerado a níveis ínfimos.<sup>36</sup> Tal quadro, por sua vez, fomentou a criminalização de grande parte da população mais pobre, relegada ao subemprego ou preterida, na disputa por trabalho, por homens brancos, escolarizados e fartamente disponíveis como mão de obra barata.

Por se revelar um elemento pré-moderno necessário à acumulação industrial, cuja lógica acompanha, esse fundo não burguês reproduz e reitera, também no seu interior, os movimentos de dominação e de segregação que perpetuam a situação dos desvalidos. E, de maneira sistemática, pode ser instrumentalizado politicamente contra os inimigos do regime, de modo que o narrador deixa ver que os sem-direitos, por vezes agindo civilmente, exercem a brutalidade aprendida com os de cima, e o Estado, encarregado de cumprir a lei, passeia livremente pelos domínios da franca delinquência.

Nas *Memórias*, o enquadramento realista da malandragem, porque ancorado na experiência histórica e biográfica concreta, também pode ser explicado pela mudança de perspectivas quanto à realidade nacional que se verificou na produção literária a partir de 1930, quando a força desmistificadora do romance, ao expor a “consciência

---

36. Cf. OLIVEIRA, Francisco de. “O desenvolvimento capitalista pós-anos 1930 e o processo de acumulação”. In: *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, pp. 35-60.

catastrófica do atraso”, suplantou a pujança virtual do país novo celebrada pelos primeiros modernistas.<sup>37</sup> Conforme João Luiz Lafetá, a literatura da segunda geração, em função do recrudescimento do confronto ideológico, incorporou radicalmente a luta de classes, relativizou a experimentação estética e aprofundou contradições insolúveis pelo modelo burguês.<sup>38</sup>

Tais pressupostos aparecem nitidamente no penúltimo capítulo da terceira parte das *Memórias*, quando do encontro do prisioneiro com o malandro José. O contato com o “mulato de cara viciosa”, que fora muito castigado na infância, deixa claro, como arremate das percepções do narrador, que a existência marginal do garoto, bem como as distâncias entre eles eram indissociáveis das assimetrias de classe, ainda que a cadeia os unisse temporariamente:

Haveria alguma semelhança entre nós? Na verdade a minha infância não deve ter sido muito melhor que a dele. Meu pai fora um violento padrasto, minha mãe parecia odiar-me, e a lembrança deles me instigava a fazer um livro a respeito da bárbara educação nordestina. [...] Débil, submisso à regra, à censura e ao castigo, acomodara-me a profissões consideradas honestas. Sem essas fracas virtudes, livre de alfabeto, nascido noutra classe, talvez me houvesse rebelado como José.<sup>39</sup>

**A** infância marcada pelos castigos, histórico comum que permite certa aproximação, não era a única responsável pela malandragem como meio de sobrevivência, pois se combinava com a infracadania relegada aos mais pobres. De maneira que, para esse narrador, a atuação do marginal é entendida como uma expressão das diferenças de classe. Aqui, a dimensão relacional da cena não permite que a oposição percebida pelo narrador se transforme em contraste promissor, uma vez que ele sabe que a atuação de José não minava a propriedade nem barrava o avanço do capital. Ou seja, o desconforme quanto à norma burguesa, representado pelo malandro, não ganha, a não ser

---

37. Cf. CANDIDO, Antonio. “Literatura e subdesenvolvimento”. In: *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, pp. 169-96.

38. “Estética e ideologia: o Modernismo em 30”. In: *A dimensão da noite e outros ensaios*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, p. 64.

39. *MC, CC*, pp. 177-8.

de modo perverso, estatuto de emblema pátrio. Note-se, por isso, como a literatura de Graciliano enfrenta as ilusões modernistas.<sup>40</sup>

Nesse mesmo passo, é significativo que, justamente ao sair da colônia, o narrador relativize o próprio trabalho e associe a sua vida regular de funcionário público à acomodação e à debilidade: não haveria parentesco entre essa reflexão e a visão ácida de Gaúcho, para quem somente existiam “malandros” e “otários”? De modo análogo, o comodismo não seria alusivo à domesticação de operários e do funcionalismo empreendida por Vargas? O trabalho “considerado honesto” estaria muito distante, na prática, das ações dos marginais que oscilavam entre a regra e a infração, ou à cooptação de Cubano pelas autoridades do presídio? Como se vê, a realidade dos marginais e a reflexão dela decorrente convergem para o próprio narrador, cuja percepção se mostra, ao fim da terceira parte, remodelada, ao constatar uma *ambiguidade social generalizada* que é objeto de sua reflexão a partir dos episódios relatados.<sup>41</sup>

Como arremate, cabe lembrar que, no plano biográfico, o Graciliano cronista atentara, no final dos anos 1930, para as determinações da malandragem e a sua integração com o mundo burguês, em particular com o funcionalismo. Na crônica em que comenta o romance *Vovô Morungaba*, do escritor mineiro Galeão Coutinho (1937), apesar da crítica severa ao título e aos nomes das personagens (“decididamente o sr. Coutinho não batiza bem as suas personagens”), o autor revela grande interesse por Barra Mansa, um pequeno funcionário público que “vive atrapalhado com a polícia”, por aplicar golpes e usar de outros expedientes ilícitos. A relevância da personagem para o cronista reside na consciência de sua condição:

---

40. Veja-se, a respeito do desconjuntamento nacional elevado a emblema pátrio pelos primeiros modernistas, o clássico ensaio de Roberto Schwarz: “A carroça, o bonde e o poeta modernista”. In: *Que horas são? Op. cit.*

41. A “maleável sociedade relacional brasileira”, percebida pelo narrador das *Memórias*, não apenas não nos inseriu em um “mundo eventualmente mais aberto”, como, décadas depois, reversamente se tornou o paradigma do processo de *brasilianização do mundo*, quando nossa fratura congênita foi igualada pela realidade dos países centrais cindidos pela desagregação do universo do trabalho, de maneira que o capitalismo no núcleo orgânico está “cada vez mais parecido com a nossa malandragem agora ultramoderna” (Cf. ARANTES, Paulo. “A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização”. In: *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004, p. 67).

Barra Mansa é um homem que sofre enormemente por ter necessidade de ser canalha. [...] Essa dor horrível de um pobre-diabo bole com a gente, odiamos o escritor, desejamos endireitar Barra Mansa. Tolice. Barra Mansa nunca se endireitará. Um dia, com o negócio do espiritismo, pensam que ele se regenerou, algumas pessoas começam a tratá-lo com respeito — e a vida do infeliz se torna um inferno: os credores apertam-no, os amigos não admitem que um indivíduo sério continue a morder. E Barra Mansa volta a ser malandro; só assim pode aguentar-se, porque ganha duzentos e cinquenta mil-reis por mês, sustenta mulher e filhos. Para ser agradável aos que têm ordenados graúdos, o sr. Galeão Coutinho podia ter conseguido uma profissão decente para sua personagem. Infelizmente Barra Mansa não sabe fazer nada. E o pior é que não quer morrer. O recurso que tem é ser descarado.<sup>42</sup>

Como se pode notar, o trabalho regular da personagem não a desobriga da prática do estelionato (ao contrário, parece justificá-la), e essa combinação de trabalho e malandragem aviva o interesse de Graciliano: premido pelas necessidades materiais, o funcionário também se vale da contravenção porque sabe, na prática, que a repartição não garante sequer a subsistência. A percepção desalienada sobre o trabalho público (que, mais uma vez, expõe uma relação tensa com o Estado-patrão), a imagem nada utópica do malandro e a notação da reciprocidade entre as esferas da lei e da ilegalidade se fazem presentes, portanto, na atividade crítica exercida pelo escritor, e essa questão ganha corpo na terceira parte das *Memórias*.

Nesse sentido, os impasses que na obra aparecem sem perspectiva de resolução dentro do modelo econômico desenvolvimentista representam uma tomada de consciência favorecida pelo recuo temporal, que permite ao narrador decantar a própria experiência e estabelecer conexões com os dilemas que se mantêm no ato da escritura. Esse elemento estrutural da narrativa explica, também, as diferenças de perspectiva em relação ao entusiasmo dos primeiros modernistas, capturados pela nascente industrialização e a promessa de um futuro mais próspero para o país. O período de 1948 a 1950, quando Graciliano redige, especificamente, a “Colônia Correccional”, permite uma visão de conjunto em retrospecto sobre os rumos da realidade político-econômica que, somada à experiência do cárcere, confere aos capítulos um resultado substantivo a respeito da nossa malformação estrutural.

---

42. “Uma personagem sem vergonha”. In: *Linhas tortas*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 157.

Há ainda que se considerar, inversamente à experiência local-cosmopolita das oligarquias cafeeiras, a um só tempo modernas diante do circuito do capital internacional e conservadoras na esfera doméstica (experiência formalizada pelas obras de Mário e Oswald de Andrade), a violenta derrocada material das elites nordestinas na passagem do século XIX para o XX.<sup>43</sup> Desse colapso decorre o “aprisionamento” de parte dos seus descendentes empobrecidos nos limites do funcionalismo, e esse quadro certamente participa dessa indisposição generalizada, do narrador das *Memórias*, para com os nossos desajustamentos de extração colonial.

Portanto, a rápida, mas decisiva, convivência com os malandros da Ilha Grande mostra que o tão evitado, e antes invisível, “enxurro social” combinava-se, de modo articulado e ativo, ao mundo urbano e desenvolvido do Centro-Sul que, nos primeiros capítulos do livro, o atraía: uma miragem capaz de resgatá-lo da vida provinciana, mas que terminou por lançá-lo na prisão dos vagabundos. A partir de então, nem a malandragem se mostrou incólume à lógica da dominação, nem o ponto de vista do narrador sobre o mundo do trabalho pôde ignorar a existência dos párias, tão atuantes e visíveis como os arames farpados que o cercaram no curral de zinco.

---

**Fabio Cesar Alves** é professor de literatura brasileira da Universidade de São Paulo.

---

43. O declínio vertiginoso da economia nordestina entre 1889 e 1937 fez-se acompanhar, também, da perda de influência política de Pernambuco e seus “estados-satélites” (Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará), com a proliferação de refinarias de açúcar no Centro-Sul a partir de 1910, e da redução brutal da bancada nordestina no Congresso (Cf. LEVINE, Robert. “O poder dos Estados. Análise regional”. In: *História geral da civilização brasileira (O Brasil Republicano)*. Vol. 1, t. III. São Paulo: Difel, 1975, pp. 122-51).